

***Uma cidade em construção:
modernidade, cotidiano e imaginário
na Fortaleza de finais do século XIX
e princípios do século XX***

José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira*

RESUMO

A modernidade teria a capacidade de construir uma nova ordem, desvencilhada de todas as anteriores. Porém, tal ordem, analisada sob a ótica da superposição de olhares diversos e divergentes, nos remeteriam a uma realidade múltipla, que através de suas representações, constituiriam o imaginário na cidade de Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX. Buscamos, então, discutir no presente artigo aspectos relacionados à transformação e à construção de uma cidade, desejada moderna por alguns, mas vivida de modo distinto por outros.

PALAVRAS-CHAVE: modernidade, cotidiano, imaginário, cidade de Fortaleza.

RÉSUMÉ

La modernité aurait la capacité de construire un nouvel ordre, différent des tous précédents. Néanmoins, tel ordre, analysé sous l'optique de la superposition de regards divers et divergents, dans ils les enverraient à une réalité multiple, qu'à travers leurs représentations, constitueraient les imaginaire dans la ville de Fortaleza entre la fin du siècle XIX et début du siècle XX. Nous cherchons, alors, discuter dans présent article des aspects rapportés à la transformation et à la construction d'une ville, désirée moderne par quelques-uns, mais vive de manière distincte par autres.

MOTS CLÉS: modernité, quotidienne, imaginaire, ville de Fortaleza.

Qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade? O questionamento proposto por Ítalo Calvino dirige-se a Tecla,¹ mas poderia muito bem ser transposto para

* Mestrando em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista FUNCAP

Fortaleza, mais especificamente a cidade de Fortaleza que passou por consideráveis transformações e reformas urbanas ocorridas entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX², período em que houve um intenso processo de mudanças, que produziu transformações nos contextos econômico, social, político e cultural. Todas essas mudanças, em suma, respondem por uma denominação: modernidade.

Como a Tecla de Calvino, a capital cearense encontrava-se também imersa em um prolongado processo de construção e transformação, ambas desencadeadas pela modernidade, visto que essa nova ordem ou novo regime, que se construía sob o signo da ruptura³, tem seu processo conformador fomentado pelos diversos avanços tecnológicos da época.⁴

Alguns avanços tecnológicos como a iluminação pública (1866), o telégrafo (1881), o serviço telefônico (1883), o primeiro automóvel (1909), a melhoria nos transportes e o abastecimento de água e o sistema de esgotos (1926) inseriam-se no cotidiano da cidade, em conformidade com a modernidade e as mudanças por ela propaladas.

A modernidade traria consigo, em seu cerne, como algo determinante a sua própria existência e viabilidade, a percepção por parte de seus defensores de uma ruptura com o passado, pois “os modernos têm a particularidade de compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele”. (Latour, 1994, p. 67-68). O passar inexorável do tempo para os modernos seria uma confirmação, comparando-se o presente com o passado, que ambas as temporalidades são distintas e que não poderiam co-existir, sob pena desse tempo não ser considerado plenamente moderno.

Mas para os modernos o simples passar do tempo não implica necessária e forçosamente numa ruptura com o passado. Ao se comparar este com o presente, se faz necessário perceber que a modernidade “não é mais pura mudança, sucessão de acontecimentos; ela é difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica,

¹ Tecla é uma das cidades descritas pelo famoso viajante veneziano Marco Polo ao imperador mongol Kublai Khan. Esta cidade é narrada como escondida atrás de tapumes e andaimes, imersa num prolongado processo de construção e transformação, cabendo a seguinte indagação do autor: “qual é o sentido de tanta construção?” E a tentativa de resposta vem na forma de outra pergunta: “qual é o objetivo de uma cidade em construção senão uma cidade?” Cf. Calvino, 2007, p. 117.

² O historiador Sebastião Rogério Ponte ressalta que “nas primeiras décadas do século XX, o conjunto de reformas se intensificou na capital”. Cf. Ponte, 2001, p. 15.

³ Bruno Latour observa que “através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução do tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização” e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável”. Cf. Latour, 1994, p. 15.

⁴ Ao referir-se à *Belle Époque*, o historiador Sebastião Rogério Ponte remete-nos a um contexto, pertinente ao período em questão, onde os avanços tecnológicos desencadeiam diversas mudanças: “Termo francês cunhado para traduzir a euforia europeia com as novidades decorrentes da revolução científico-tecnológica (1850-1870 em diante). Com efeito, esse período, momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como

administrativa”. (Touraine, 1999, p. 17). Através destes produtos, que passam a ser largamente aplicados em Fortaleza, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, tem-se a percepção, por parte dos modernos, de que realmente se processavam mudanças e rupturas que vinham para abolir o passado retrógrado, tradicional e provinciano que até então se verificara na cidade.

Para Anthony Giddens “os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes”.⁵ (Giddens, 1991, p. 14). Sendo assim, estaríamos diante da constituição e construção de uma nova identidade urbana em Fortaleza, moderna e que havia rompido com uma identidade anterior, tradicional. Considerando-se que “a identidade é uma construção imaginária que se apóia sobre os dados concretos do real e os representa por imagens e discursos onde se realiza uma atribuição de sentido” (Pesavento, 1995b, p. 115-116), a cidade de Fortaleza, inserida em um processo de mudanças, onde a modernidade se fazia sentir através da difusão de seus produtos, seria o palco onde as inovações modernas introduzidas no cotidiano da cidade teriam forte impacto nesta construção imaginária que é a identidade.

Consideramos que “as identidades urbanas têm uma temporalidade de construção, que articulam uma coerência própria, perceptível numa determinada época”. (Pesavento, 1995b, 118-119). Desta forma, para depreendemos, sob a ótica do historiador que no presente lança seu olhar para o passado, as identidades urbanas que se constituíam na Fortaleza entre o final do século XIX e o início do século XX, lançamos mão de relatos que, inseridos no contexto de mudança do período, nos fornecem um panorama que pode captar o “espírito da época” (Pesavento, 1997, p. 29). Por isso recorreremos aos discursos literários, em especial às crônicas escritas sobre a capital cearense no período em análise, visto que:

A crônica é uma narrativa por excelência apropriada para o estudo do imaginário de uma época, entendendo nesta designação não só o sistema de idéias e imagens que toda comunidade constrói para si, mas, também, um conjunto de significados de que esta representação coletiva é portadora. (Pesavento, 1997, p. 34)

também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando seus comportamentos e condutas, seus modos de perceber e de sentir”. Cf. Sousa, 2000, p. 162-163.

⁵ Contudo, Giddens observa também que “existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos foram dramáticas e abrangentes em seus impactos”. Cf. Giddens, 1991, p. 14.

Ainda conforme Pesavento, o imaginário:

É esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas. (Pesavento, 2007, p. 11-12).

Rememorando Giddens, quando este afirma que os modos de vida produzidos pela modernidade têm a capacidade de nos desvencilhar de todos os tipos tradicionais de ordem social, recorremos a uma crônica escrita sobre Fortaleza na década de 1930, onde o autor constata o processo de transformação por qual passava a cidade, percebendo dessa forma a ruptura que desvencilhou o presente do passado, para assim depreendermos a sensibilidade de quem, realmente possuído pelo espírito da época, via e vivia aquela realidade em transformação.

Sendo assim, o cronista João Nogueira, em uma crônica publicada em 1938, observa que “a Fortaleza de 1861, comparada com a de hoje, era, pode dizer-se, um arremedo de cidade”. (Nogueira, 1981, p. 30). Fica nítida nesta comparação, que enfoca a capital cearense em dois momentos separados entre si por 77 anos, que o progresso, trazido pela modernidade, se fazia firmemente presente e que devido a ele, Fortaleza era uma capital que se mostrava meritória de ser tratada como uma cidade desenvolvida e não mais um mero arremedo de cidade.

A idéia de ruptura e conseqüentemente de modernidade se fazem presentes no relato de João Nogueira, contudo, o autor observa e ressalta aqueles que ainda não foram bafejados pelo sopro da modernidade: “que belo exemplo de amor à tradição não dão eles [os caboclos de *Porangaba*, que participavam da festa do divino] ao Ceará de hoje, que faz praça de esquecer o passado e de tudo renovar”. (Nogueira, 1981, p. 103). Se “tudo se renova”, há, portanto, rupturas. Mas estas rupturas não conseguem extinguir a tradição, mesmo que ter amor à tradição, no relato do cronista, seja exceção e não regra.

O aspecto interessante a se ressaltar é que a cidade, que para alguns poderia ainda se mostrar ingênua e simples como uma criança, exalando simplicidade, é a mesma em que “dizem certos entusiastas que os desastres de rua estão na razão direta do progresso das cidades e que são o índice (ou termômetro) pelo qual se avalia o progredir de cada terra”. (Nogueira, 1981, p. 166). Este trecho é de uma crônica de 1936 do mesmo João Nogueira que assinala o fato de viver numa Fortaleza que não mais seria um arremedo de cidade. Porém, ele

observa bem que o progresso não traz consigo somente vantagens, pois com o aumento do fluxo de veículos na cidade há, conseqüentemente, um aumento no número de acidentes.

Destilando toda sua ironia, o cronista faz uma apologia ao progresso: “quanto mais os nossos carros quebrarem pernas e matarem gente, tanto melhor, porque tais acidentes mostram que a Fortaleza tem vida, tem gente, movimento e progride”. (Nogueira, 1981, p. 166). Eis o preço pago pelo progresso, que paradoxalmente ao gerar e evidenciar toda a vitalidade e movimento que existiam na cidade, assim o fazia ao custo das valiosas vidas de seus habitantes.

Mas será que todos estavam dispostos a pagar este alto preço? Será que todos os fortalezenses estavam dispostos a trocar a ingenuidade, a tranqüilidade e a simplicidade de uma vivência numa cidade tradicional e provinciana, repleta ainda de hábitos ligados à vida rural, por este progresso contraditório e paradoxal, repleto de benefícios, mas de malefícios também?

Nesse ponto recorreremos ao princípio da montagem por superposição, proposto por Walter Benjamin, visto que, conforme Willi Bolle, “a superposição de imagem é a mais propícia, entre as técnicas benjaminianas de montagem, para ‘radiografar’ o imaginário coletivo”. (Bolle, 1994, p. 98). Esse processo metodológico permitiria ao historiador ir justapondo personagens, imagens, discursos e expectativas do espaço urbano na constituição de seu imaginário. E como a identidade é uma construção imaginária que se apóia no real, a realidade em transformação de Fortaleza no período aqui analisado, com seu preço (às vezes alto demais) a ser pago, encontrava tanto defensores ardorosos quanto críticos infatigáveis.

Marshall Berman observa que “a vida moderna possui uma beleza peculiar e autêntica, a qual, no entanto, é inseparável de sua miséria e ansiedades intrínsecas, é inseparável das contas que o homem moderno tem de pagar”. (Berman, 1998, p. 138). E é justamente no relato da miséria que estaria intrínseca na vida moderna de Fortaleza do início do século XX, que Eduardo Campos adverte que “desafortunadamente o progresso também traz a reboque as distorções sociais, e vícios”. (Campos, 1996, p. 32).

A conta que o homem moderno se via obrigado a pagar, na cidade de Fortaleza que continuamente modificava seu cotidiano com o advento da modernidade, mostrava-se cada vez mais alta: acidentes de trânsito, distorções sociais, vícios, miséria, etc.

Outro autor que nos fornece um panorama das mudanças advindas em Fortaleza é Paulino Nogueira. Porém, ele deixa claro que essas mudanças não necessariamente representam que a modernidade traz consigo somente benefícios. As mudanças existem, evidentemente. Mas nem tudo que muda o faz para melhor...

Também era ainda muito pequena e atrasada esta Capital. Ainda não tinha Passeio Publico, praças arborizadas, templos magestosos, edificios elegantes, tantas e tão grandes ruas alinhadas, calçamento, iluminação á gaz, linhas de bondes, carros de aluguel, hotéis, kiosques, clubs, Prado, corridas de touros, a cavallo e á bicycletta, kermesses, bazar, e mais novidades, umas uteis, outras inúteis, e muitas prejudiciaes á saúde, á algibeira, e mesmo aos costumes; porque a civilização assim como traz em seu largo bojo muitos beneficios, também traz muita mascara de hypocrita; e a hypocrisia é com certeza perigosissima, pois de todos os vicios é o que mais se confunde com a virtude, e que por isto mesmo mais illude os incautos e bem intencionados. (Nogueira, 1900, p. 142-145)

Elencando diversos benefícios introduzidos na cidade desde sua infância (Passeio Público, alinhamento das ruas, calçamento, iluminação a gás, praças arborizadas, linhas de bondes, edificios majestosos, etc.), Paulino Nogueira informa-nos que na sua meninice a cidade de Fortaleza “ainda não tinha” tais benefícios. Portanto, se a cidade ainda não os tinha era por que a civilização e a modernidade ainda não haviam chegado. Sendo assim, Fortaleza ainda poderia ser considerada muito pequena e atrasada, ainda sem mudanças substanciais em sua fisionomia.

Mais tais benefícios representavam apenas uma face da civilização. A outra face seria representada por um vício: a hipocrisia. O autor faz questão de mencionar que as novidades introduzidas pelo processo civilizatório por qual ele viu passar a cidade, a partir de sua infância, são de dois tipos: úteis e inúteis. Ou seja, a civilização e a modernidade trariam consigo, simultaneamente, a virtude e o vício, o benefício e o malefício, a utilidade, mas também a inutilidade de vários produtos.

Eduardo Campos intitula de “a sociedade indesejável” esta que se degenera com o advento do progresso e da civilização. O autor denuncia o consumo de éter e cocaína que já era praticado na capital cearense no início do século XX, além do aumento da criminalidade (principalmente entre os menores de idade) e do número de parturientes solteiras, muitas das quais ainda de menor idade. Um levantamento estatístico realizado entre os anos de 1915 e 1926, detecta “2.329 parturientes solteiras contra 2.710 casadas”. (Campos, 1996, p. 33). E uma observação não deixa dúvidas quanto às perspectivas para o futuro desta cidade não tão

mais ingênua assim: “a situação moral, no entanto, tenderia a evoluir para pior”. (Campos, 1996, p. 33).

O escritor Juarez Leitão corrobora com tal perspectiva, ressaltando que “a Fortaleza do começo do século não era tão cor-de-rosa como pintam os romances e, apesar dos disfarces pretendidos, já soltava as tranças com inteira desenvoltura”. (Leitão, 2000, p. 237). E trazendo dados estatísticos sobre a violência que diariamente compunha a tal “sociedade indesejável”, o autor cita que:

Em 1923, o delegado Aducto Alencar, em sua prestação de contas anual, relatava 550 prisões por desordem, 500 por embriaguês, 408 por vagabundagem e 38 defloramentos. Denuncia, ainda, que as meretrizes e seus frequentadores estavam se drogando com éter, “substância que causa gozos espasmódicos e delírios nervosos”. (Leitão, 2000, p. 237).

Mas se admitirmos que a miséria estaria ligada inseparavelmente à vida moderna, temos de admitir também que ela atinge de modo desigual às várias camadas da população. Em suma, a miséria não seria isonômica, sobretudo na Fortaleza dos anos 30, pois noutra observação de Eduardo Campos, temos que:

Tempo, o dos anos trinta. Fortaleza estava dividida em duas metades de gente: a que morava na área de calçamento (...) e a que vivia (vivia?) pelas “areias”, e essa designação de ocupação do solo a significar quem morava nas embrionárias favelas de hoje, gente modesta abrigada quase sempre em casebres. Crime nas areias, de facada; briga na cidade, no calçamento, - de bengala. (Campos, 1996, p. 53).

A cidade de Fortaleza, dividida em “duas metades”, configurava-se como uma cidade excludente, pois enquanto numa metade temos a “área do calçamento”, noutra só existem as “areias”, onde até o viver (será que se vive mesmo?) é algo a ser interrogado e não afirmado. Até a natureza dos crimes mostrava-se substancialmente distinta, sendo mais “civilizada” na área do calçamento, visto serem os crimes praticados ali com uma inofensiva bengala, ao contrário das perigosas facadas.

Se considerarmos Fortaleza como uma cidade dividida em duas metades, conforme citado acima pelo cronista e prosseguindo na utilização da técnica benjaminiana da montagem por superposição, tudo isso diante do pressuposto de que a capital cearense passava por um intenso processo de transformação, devemos levar em consideração que “a modificação do espaço de uma cidade, dando a ela forma e feição, contém em si um projeto político de gerenciamento do urbano em sua totalidade”. (Pesavento, 2002, p. 16).

Desta forma:

Esse espaço sonhado, desejado, batalhado e/ou imposto é, por sua vez, também reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos. Estaríamos, segundo a classificação de Marcel Roncayolo, diante dos “produtores do espaço”, no caso dos profissionais do urbano, e diante dos consumidores do espaço, quando se tratar dos habitantes da cidade. (Pesavento, 2002, p. 16-17).

A modernidade, capaz de desvencilhar aqueles sob sua influência de todos os tipos tradicionais de ordem social, mais uma vez recorrendo à citação de Anthony Giddens anteriormente exposta, teria, então, construído uma nova ordem, uma nova identidade urbana. Essa nova ordem urbana em Fortaleza foi imposta por aqueles que o geógrafo francês Marcel Roncayolo intitula de “Produtores do Espaço”⁶, que seriam identificados no interior das classes dominantes. Estes:

Concebem uma maneira de construir e/ou transformar a cidade, através de práticas definidas, mas também constroem uma maneira de pensá-la, vivê-la ou sonhá-la. Há uma projeção de uma “cidade que se quer”, imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que se pode vir a realizar-se ou não. (...) A “cidade do desejo”, realizada ou não, existiu como colaboração simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar. (Pesavento, 1995a, p. 279-290).

A referência de Roncayolo acerca da atuação destes “produtores do espaço”, como cita a historiadora Sandra Pesavento, tem uma datação específica: “o século XIX, no qual emerge a grande cidade, que coloca para os governos a necessidade de intervir no espaço, ordenando a vida, normatizando a sociedade”. (Pesavento, 1995a, p. 279-290). E é justamente no século XIX, mais especificamente em sua segunda metade, que Fortaleza busca dar o salto decisivo rumo à condição de cidade grande.

É a partir deste período que essa ambição vira projeto, através da intervenção no espaço da cidade, que ocasionou não somente mudanças na fisionomia urbana, mudanças estas em sua maioria fomentadas pela modernidade e seus produtos, mas também ordenamento e controle social verificado na época que passou a ser designada de *Belle Époque*.

⁶ “Partindo da cidade como representação ou conjunto de representações, Roncayolo identifica que há um sistema de obras, mais ou menos coerente, daqueles que “fazem a cidade”, a projetam, discutem e executam. Os portadores de tais idéias seriam identificados no interior das classes dominantes ou das elites dirigentes, com destaque especial para o que se chamaria os “profissionais da cidade”: arquitetos, urbanistas, engenheiros, médicos sanitaristas e os demais técnico-burocratas encarregados de implementar os equipamentos necessários à intervenção urbana”. Cf. Pesavento, 1995a, p. 279-290.

As reformas urbanas aplicadas em Fortaleza desde o século XIX visavam construir uma cidade desejada, na qual os aspectos relacionados à civilidade e à modernidade seriam valorizados. A intervenção governamental no espaço da cidade pode ser percebida pela adoção dos planos urbanísticos de Silva Paulet e Adolfo Herbster e mesmo no de Nestor Figueiredo (que não viria a ser concretizado). Estes planos coadunam-se com a perspectiva de reformar a cidade, transformando-a, a partir da cidade que se tinha, na cidade que se queria e dotando-a de feições civilizadas e modernas.

Mas além de civilizar e modernizar a cidade se fazia também necessário ordená-la. E a razão ordenadora⁷ contida no primeiro plano urbanístico elaborado para Fortaleza, o de Silva Paulet em 1818, obedecia aos princípios reguladores do plano em xadrez: unidade, planificação e ordem rigorosa.

É dentro deste rigor que o Engenheiro Antônio José da Silva Paulet, ajudante de ordem do então governador da Província do Ceará, Coronel Manuel Inácio de Sampaio elabora o plano urbanístico em xadrez que até hoje permanece como a matriz básica da cidade de Fortaleza. (Linhares, 1992, p. 179).

Já que o plano em xadrez impunha unidade, planificação e ordem rigorosa à vivência na cidade, isto concedia aos “produtores do espaço”, segundo José Ernesto Pimentel, a condição de terem em mãos uma cidade manipulável. Além disso, observa o historiador que:

A cidade de Fortaleza assentou-se em bases urbanísticas e racionais, já muito cedo. Nasceu extemporânea para uns, tal como Raimundo Girão, que considerou com espanto o traçado em plano ortogonal, esboçado em 1823, “quando não havia tomado corpo à ciência urbanística”. Uma cidade muito bonitinha e alinhada. Sua modelação urbana de fato não esperou nem a modernidade econômica. Ela foi plano racional ordenador antes de “espelhar” o progresso do século. Seu caráter moderno nunca esteve dissociado da vivência de hábitos, costumes e etiquetas de distinção e controle frente ao homem cotidiano. Desde cedo, as classes sociais mais abastadas tinham à mão uma cidade geometricamente manipulável. (Pimentel Filho, 1998, p. 13).

A razão que ordena e regula e que foi a base do plano de Silva Paulet, cumpriu bem sua função, e, como observa Paulo Linhares, “a prova de que este plano, quando utilizado em Fortaleza, cumpriu bem sua tarefa de criar espaços novos para ordenar as relações sociais, foi seu reaproveitamento por Adolfo Herbster, já em 1875”. (Pimentel Filho, 1998, p. 181).

⁷ Cf. Linhares, 1992. O terceiro capítulo, da segunda parte deste livro intitula-se “A razão ordenadora”. Referido capítulo trata justamente dos planos urbanísticos de Silva Paulet e Adolfo Herbster.

Antes, porém, de prosseguirmos até o plano de Herbster, cabe abriremos um parêntese acerca do sentido de razão aqui aplicado. Para Alain Touraine, a modernidade é marcada pela difusão de certos produtos, nos quais se incluem aqueles ligados à racionalidade. (Touraine, 1999, p. 17). A razão, ao lado da ciência e da tecnologia, gera produtos que originam e dão sentido à modernidade. Portanto, a razão ordenadora que se impunha em Fortaleza, buscando estabelecer uma nova ordem urbana, estava totalmente calcada na modernidade.

Reaproveitando o plano de Silva Paulet, o engenheiro da Província do Ceará Adolfo Herbster elaborou a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, concluída em 1875. Esta planta dotava a cidade com três bulevares (as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel). Uma das finalidades dos novos bulevares era, “num futuro breve, facilitar o escoamento do movimento urbano”. (Ponte, 2001, p. 23).

Outra finalidade dos bulevares era determinarem os limites do espaço urbano da cidade:

Herbster cercou os limites do espaço urbano por uma cinta de avenidas, no total de três. Duas delas partiam do mar, correndo paralelas em busca da parte sul da cidade (as atuais Av. do Imperador e Av. D. Manuel). Mais à frente elas são interceptadas ortogonalmente pela terceira (Av. Duque de Caxias), que ultrapassa a cidade no sentido leste-oeste. (Pimentel Filho, 1998, p. 33).

A influência das reformas do Barão de Haussmann em Paris, com seus espaçosos bulevares que davam vazão a um tráfego pesado⁸, são evidentes na planta adotada por Herbster em Fortaleza. Da cidade-luz irradiavam tendências que seriam seguidas por várias cidades do mundo. Tal fato não seria diferente na capital cearense, que recebia efusivamente as novidades advindas da Europa.

E os bulevares projetados por Herbster para Fortaleza constituíam uma novidade inserida no que de mais moderno havia no mundo na época, visto que eles eram considerados “altamente revolucionários para a vida urbana do século XIX”. (Berman, 1998, p. 146). E esta revolução na vida urbana já era aplicada na cidade antes mesmo do final do referido século, o que demonstraria a busca, por parte dos “produtores do espaço”, em aplicar na capital cearense, produtos que consolidassem a condição moderna da cidade.

⁸ Marshall Berman informa-nos que “quando Haussmann deu início aos trabalhos nos bulevares, ninguém entendeu por que ele os queria tão espaçosos: de trinta a cem metros de largura. Só depois que o trabalho estava concluído é que as pessoas começaram a ver que essas estradas, imensamente amplas, meticulosamente retas, estendendo-se por quilômetros, seriam vias expressas ideais para o tráfego pesado”. Cf. Berman, 1998, p. 153.

Mas além da óbvia praticidade dos bulevares em facilitar o movimento urbano (algo indicativo da existência de um fluxo crescente) que existia na cidade, “o principal objetivo da nova planta era disciplinar a expansão de Fortaleza, o que, de fato, consegue, pelo menos até 1930”. (Ponte, 2001, p. 23). O bulevar, símbolo da modernidade, modernidade esta que representaria a prevalência da cidade desejada, marcava a fronteira (real e simbólica) entre a “Fortaleza que se queria” e a “Fortaleza que se tinha”.

Para além dos bulevares, porém, descortinava-se uma “outra” cidade, onde a modernidade e seus produtos não se faziam lá muito presentes. Para além das fronteiras impostas pelos bulevares só existiam as areias. Estas representavam “a outra face urbana de Fortaleza, constituída pelos bairros periféricos, [que] pouco sentia a presença ou os efeitos da modernização propalada”. (Jucá, 2004, p. 129).

O historiador Gisafran Jucá intitula essa parte de Fortaleza de “o reverso da cidade”. Seriam, pois, as areias a “antidade”, local onde as práticas ditas civilizadas eram pouco ou nada aplicadas? Seriam, por extensão, os habitantes das areias os “antidadãos”, totalmente distintos daqueles que viviam aquém das fronteiras criadas pelos bulevares, espaço este que fazia jus ser chamado de cidade? Haveria duas cidades de Fortaleza, quase antagônicas, co-existindo numa só?

Para o antropólogo Gilberto Velho não é a grande cidade que inaugura a heterogeneidade. Porém, ele mesmo observa que “o estilo de vida urbano contemporâneo leva ao paroxismo os mecanismos universais de diferenciação, base da vida social”. (Velho, 1995, p. 227-234). E a diferenciação e a segregação, em Fortaleza, não eram impostas apenas pelas “fronteiras” representadas pelos bulevares:

As práticas de confinamento se articularam entre visíveis e invisíveis. O Passeio Público, tão reputado, se compunha de três avenidas, cada uma reservada a uma camada social. O “Clube Cearense”, criado em 1867, não era freqüentado senão pelos grandes comerciantes conscientes de seus laços com a Europa. A Avenida Sete de Setembro que partia da Praça do Ferreira era reservada às elites durante o carnaval. O exercício da distinção importava ainda, já na primeira metade do século XX, a mudança de residência das elites do bairro de Jacarecanga, na zona central, para a zona leste da cidade. (Santiago, 2004, p. 61-62).

Marshall Berman, ao comentar dois poemas do escritor francês Charles Baudelaire, ambientados em um moderno e movimentado bulevar na Paris metamorfoseada pelas reformas do Barão de Haussmann no século XIX, depara-se com a existência de duas realidades que também poderiam ser postas para Fortaleza: a calçada e a sarjeta.

O oceano que os separa [os dois poemas] corresponde ao passo que vai da calçada à sarjeta. Na calçada, pessoas de todas as classes se reconhecem comparando-se umas às outras segundo o modo como se sentam ou caminham. Na sarjeta, pessoas são forçadas a se esquecer do que são enquanto lutam pela sobrevivência. (Berman, 1998, p. 153).

Nos poemas de Baudelaire, a calçada representava a modernidade emergente, visto estar colocada ao lado do moderno bulevar. Já a sarjeta é a “anticalçada”, onde sequer são oferecidas oportunidades claras de sobrevivência. E o que separa estas duas realidades, ao mesmo tempo paradoxalmente tão próximas e tão distantes, é um imenso oceano, quase impossível de ser transposto, apesar de que para isso bastasse um único passo, justamente a distância que separa essas realidades.

Traçando uma analogia entre a Paris descrita acima por Baudelaire e a Fortaleza do final do século XIX e início do século XX, no que concerne ao simbolismo representado pelos modernos bulevares, percebemos que a “calçada parisiense” tem um sentido análogo à “Fortaleza do calçamento”, enquanto do mesmo modo a “sarjeta” de lá se compara à “Fortaleza das areias”. Nas primeiras, o convívio social e o reconhecimento, nas últimas, a luta pela sobrevivência e o esquecimento.

A Fortaleza do calçamento é evidenciada através da utilização deste avanço tecnológico, que possibilitou um domínio sobre a natureza hostil numa cidade arenosa.⁹ A historiadora Sandra Pesavento observa que “as modificações sobre a natureza eram um imperativo, podendo mesmo se dizer que o fenômeno urbano é marcado pela intervenção/vitória do homem sobre o meio”. (Pesavento, 1994, p. 131). A Fortaleza do calçamento, portanto, seria a concretização da cidade que se queria, construída a partir da cidade que se tinha, ou seja, a Fortaleza das areias.

O historiador Antonio Otaviano Vieira Júnior enfatiza as várias iniciativas do poder público em tentar solucionar o problema gerado pelas ruas de areia¹⁰ e salienta que “a ameaça provocada pelo intenso açoite das *correntes das areias* estava associada diretamente não apenas com a localização da cidade, mas também à ausência de uma pavimentação mais acurada”. (Vieira, 2005, p. 35).

⁹ Em viagem a Fortaleza, o norte-americano Daniel Kidder observa que “a primeira coisa que se pode dizer do Ceará é que a cidade é inteiramente construída sobre areia. Desde a praia até o bairro mais distante, só se vê areia”. Cf. Kidder, 1980, p. 153.

¹⁰ Cf. Vieira, 2005, p. 33-39. No segundo capítulo do livro, intitulado “Futuro promissor: porto, ruas, iluminação, pontes e estradas”, há um tópico, intitulado “As Ruas de Areia”, que se refere ao assunto.

As dificuldades de pavimentação eram percebidas em diversos lugares do Ceará, e “especialmente em Fortaleza, que deveria servir [de exemplo] enquanto signo de civilidade e desenvolvimento para outras cidades cearenses”. (Vieira, 2005, p. 35). Se Paris influenciava Fortaleza, essa por sua vez deveria influenciar as outras cidades do interior do Estado, sendo o exemplo de civilidade e modernidade a ser seguido. A partir da capital, as mudanças inseridas em sua fisionomia urbana deveriam se espalhar por todo o Ceará.

Cabia, então, aos “produtores do espaço”, incluídos na elite e no poder público, construir a cidade moderna e desejada, farol de modernidade de onde irradiariam intensos fachos capazes de iluminar até o mais longínquo e atrasado rincão interiorano. Esta cidade, configurada pelas fronteiras dos bulevares e pelas outras impostas pela segregação socioespacial, vai, a partir dos anos 1930, romper com estas fronteiras e “mesmo sem plano, a cidade se expande além da malha traçada por Herbster”. (Linhares, 1992, p. 200-201).

Paulo Linhares nos fornece um significativo panorama da expansão vivenciada por Fortaleza a partir de então:

A partir dos anos 30, o funcional e o social passam a se distinguir em Fortaleza, fortemente e de maneira precoce. Sem dúvida, a cidade se organiza em torno de dois pólos: ao leste, a cidade da nova elite e, ao oeste, a cidade industrial e trabalhadora. Com o castelo do Plácido, obra pioneira de residência de alto luxo da cidade, construída na Aldeota (de estilo duvidoso, como a maioria das construções da nova burguesia urbana), a alta burguesia passaria a construir em direção ao leste. Bem longe do centro, das fábricas e dos pobres, criando um novo espaço de diferenciação social, tentando marcar o seu prestígio e aprendendo tropegamente uma certa arte de viver. (Linhares, 1992, p. 201).

Evidencia-se mais uma vez a presença de “duas cidades” co-existindo numa só. A partir daqui, de acordo com Linhares, existem a “cidade do leste”, habitada pelas elites e herdeira direta da Fortaleza do calçamento e a “cidade do oeste”, reverso da anterior, que será a herdeira da Fortaleza das areias. O “oceano” que separa estas “duas cidades” continua teimando em existir.

A década de 1930 presencia também o início da proliferação das favelas. Antes disso, “os subúrbios de Alto Alegre, de Barro Vermelho e, sobretudo, do Arraial Moura Brasil eram considerados pela imprensa e pela polícia os mais perigosos da cidade”. (Santiago, 2002, p. 127). Nestes lugares, a razão ordenadora imposta pelos “produtores do espaço” mostrava-se ineficaz em concretizar seus planos, pois nem racionalidade e muito menos ordem (e podemos supor que por extensão também a modernidade e grande parte de seus produtos) eram encontradas nestes lugares, pelo menos de acordo com os desejos das elites.

Até aqui, meados da década de 1930, a cidade do desejo não havia se concretizado plenamente. Ela ainda possuía uma existência simbólica na concepção de quem a projetou e a quis concretizar. Na cidade do desejo não existiriam, por exemplo, favelas. Mas a “acuidade controladora não bastou e o *boom* das favelas se materializou”. (Santiago, 2002, p. 127).

Mas não foi só nisso que a acuidade controladora dos “produtores do espaço” falhou. Se estes buscavam construir sua cidade do desejo, ou seja, a “cidade que eles queriam”, a partir da “cidade que se tinha”, esta última já era habitada por aqueles que Marcel Roncayolo intitula de “consumidores do espaço”. (Pesavento, 1995a, p. 279-290). Seriam estes consumidores atores passivos, que acatariam sem maiores divergências e restrições as decisões impostas de “cima”? Ou, pelo contrário, “seriam capazes de metabolizar as atribuições e designações referentes a espaços e vivências e depois formular suas próprias elaborações simbólicas?”. (Pesavento, 1995a, p. 279-290).

Lembremos que tais espaços e tais vivências vinham paulatinamente sendo modificados pela inserção da modernidade e seus produtos na cidade, e que tal inserção era imposta de “cima”. Resta-nos questionar até que ponto aqueles que consumiam a cidade produzida por outros eram capazes de representar, no seu cotidiano, as metamorfoses por quais Fortaleza passava diuturnamente.

Considerar a existência de “duas cidades” que co-existiriam numa só, onde uma seria a “cidade que se queria”, caracterizada como a Fortaleza do calçamento ou a cidade do leste, e a outra, reverso dessa primeira, como sendo a Fortaleza das areias ou a cidade do oeste, seria considerar tão somente a tentativa por parte dos “produtores do espaço” em construir para si sua “cidade do desejo”, pois a cidade que se queria, quem assim a queria, eras esses produtores.

No processo de construção dessa “cidade do desejo” devemos considerar a utilização da modernidade e seus produtos, sobretudo, aqueles relacionados à tecnologia e à razão, sendo que os produtos ligados à razão relacionavam-se diretamente na busca por ordenar e disciplinar a cidade e seus habitantes que se modificavam justamente pela adoção da modernidade, pois a aplicação da razão trazia consigo também a aplicação da ordem e da disciplina.

Mas a cidade que se desejava seria desejada por quem? Para quem os “produtores do espaço” buscavam construir essa “cidade do desejo”? Como esses produtores estavam inseridos no seio das elites fortalezenses, não seria complicado supor que a cidade que se intentava construir seria para atender seus próprios desejos e necessidades, que eram específicos e distintos da maioria da população.

E se de um modo geral, como fizemos até aqui ao intentarmos compreender a postura dos “produtores do espaço”, analisar uma cidade pressupõe levar em conta suas condições de produção, também consideramos que se deve levar em conta suas condições de consumo, pois a partir daí podemos considerar a “outra” cidade, aquela que não era desejada nem considerada nos desejos das elites.

Marcel Roncayolo, que identifica os tais “produtores do espaço”, também se refere ao reverso destes, ou seja, os “consumidores do espaço”. (Pesavento, 1995a, p. 279-290). Partindo do pressuposto que estes consumidores não adotavam uma atitude passiva diante da aplicação da modernidade e da construção da cidade que as elites queriam, podemos considerar que eles acabavam por criar representações da cidade que se intentava construir, transformando-a na cidade que viria a atender seus próprios desejos e necessidades, distinta daquela das elites, visto que os desejos e necessidades de produtores e consumidores do espaço (ressalte-se que do mesmo espaço), eram deveras diferentes.

Como o conceito de representação refere-se a uma relação ambígua entre ausência e presença¹¹, consideramos que essa relação se verificava no cotidiano da Fortaleza absorvida pela modernidade e que vivenciava uma nova ordem urbana, imposta por quem a produzia àqueles que deveriam consumi-la. Estes consumidores, porém, estavam continuamente e cotidianamente presentificando a ausência de se viver numa cidade feita não para atender aos seus desejos. Quem morava na cidade das areias, por exemplo, ambigualmente convivia no mesmo espaço, representado pela cidade de Fortaleza, habitado também por aqueles que moravam no calçamento. Mas este afinal não era seu lugar e eles, os moradores das areias, sabiam disso. Cabia então a eles representar, a seu modo, tal espaço.

Enquanto as elites, aqueles que produziam este espaço urbano que constantemente se modificava, buscavam impor uma nova ordem urbana marcada pela disciplina e organização social, esta nova ordem foi “continuamente desfeita pela maior parte da população, através de uma potência subterrânea nascida de uma socialidade (sic) hedonista e por isso mesmo desordenada em si mesma”. (Linhares, 1992, p. 176).

O hedonismo presente na sociabilidade da maior parte da população de Fortaleza impossibilitou o propósito das elites de concretizar sua tão almejada organização urbana calcada na modernidade, de onde emergiria a “cidade do desejo”. Segundo Paulo Linhares, o desejo dos nossos urbanistas (incluídos entre os produtores do espaço), “sempre foi

¹¹ “O conceito, em si, envolve uma série de considerações, a começar pelo pressuposto de que a representação implica uma relação ambígua entre ausência e presença. No caso, a representação é a presentificação de um

mascarado por um discurso sobre a felicidade do homem e suas necessidades (de higiene, de trabalho, de lazer, inclusive)". (Linhares, 1992, p. 176). Mas por trás deste discurso se escondia outro sobre "a racionalidade, visando tornar a sociedade mais racional". (Linhares, 1992, p. 176).

Com o intuito de tornar mais racional a sociedade que se modificava por causa da inserção da modernidade e seus produtos, a racionalidade estaria associada também à repressão e a própria racionalidade (razão) se constituiria num aspecto da modernidade. Daí depreendermos que a reforma urbana por qual passou Fortaleza, sobretudo, a partir da segunda metade do século XIX, exigia para seu êxito um controle social extensivo a todos aqueles que destoavam da utilização dos produtos da modernidade.

Para se viver na "cidade que se queria", na cidade dos desejos de quem produzia este espaço, exigia-se um controle e uma reorientação da sociedade, visto que esta cidade possuía suas práticas definidas pela modernidade e pela civilidade:

Para alinhar-se ao progresso e à civilização a sociedade precisaria ser reorientada. Isto implica reformas estruturais nos centros urbanos, dotando-os de equipamentos modernos. Mas não só. Também a população deverá passar por um processo de readequação. Neste sentido, será imperativo que sua conduta seja compatível com os códigos da civilização. (Barbosa, 1997, p. 80).

Grande parte da população, porém, subvertia a nova ordem que lhe era imposta, visto que essa nova ordem urbana, baseada na modernidade, traria consigo o controle e a repressão. E se nessa sociabilidade hedonista o prazer é tido como o objetivo principal da vida, é na cidade, mas não em qualquer cidade, e sim na "cidade que se queria", na "cidade dos desejos", onde a felicidade é conquistada através da obtenção do prazer ao se suprirem as necessidades básicas de cada indivíduo, que esse prazer poderá ser e será alcançado.

Mas esse prazer tinha um preço e para alcançá-lo se fazia necessário submeter-se ao controle imposto e exigido por aqueles que buscavam produzir este novo espaço erguido a partir do espaço que se tinha. Daí resultava a dualidade de se viver simultaneamente num mundo que se apresentava como o lugar de satisfação das mais variadas necessidades humanas (higiene, trabalho, lazer, segurança, consumo, liberdade, reconhecimento, etc.), mas que privava aos que dele recorriam da possibilidade de satisfazer tais necessidades da maneira como melhor lhes proviesse, ou mesmo de simplesmente satisfazê-las.

ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido". Cf. Pesavento, 1995a, p. 279-290.

Este embate colocaria em lados opostos os que viam a Fortaleza que se modernizava como a “cidade que se queria”, enquanto outros ainda a viam como a “cidade que se tinha”. Mais uma vez relembramos as visões díspares de cronistas e memorialistas que simultaneamente descreviam a mesma Fortaleza como uma cidade dual, onde o moderno e o provinciano conviveriam entre si, confundindo-se no mesmo espaço.

O hedonismo apresentado pela maioria da população de Fortaleza não era o mesmo partilhado com os “produtores do espaço”. Se as necessidades constituíam-se basicamente nas mesmas (e supri-las seria o seu prazer), as formas de se suprir tais necessidades eram consideravelmente distintas, existindo de um lado hábitos civilizados, fomentados, impostos e desejados por esses produtores, que se opunham às condutas transgressoras apresentadas por grande parte da população, que constituía os “consumidores do espaço”, que habitava “noura” cidade, distinta daquela desejada.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento nos indica onde encontrar vestígios desta “outra” cidade, aquela habitada pelos “consumidores do espaço”:

É nos registros policiais, nas “colunas do povo” dos periódicos, nas festas populares e nas manifestações de rua, nos acontecimentos que quebrar a rotina da vida urbana que podemos encontrar suas vozes ou resgatar os indícios do que seria a sua ordem, chegando às representações coletivas de uma “outra” cidade. (Pesavento, 1995a, p. 279-290).

Essa “outra” cidade, portanto, seria percebida ao se quebrar a rotina da vida urbana, rotina esta imposta pelos “produtores do espaço”. A historiadora Silvia Regina Petersen observa que “é muito comum associar-se à vida cotidiana a idéia de repetição, inércia, passividade, etc. Ou, em uma palavra isto que chamamos de rotina”. (Petersen, 1994, p. 122). Então, ao se romperem a inércia e a passividade que se esperavam presentes no cotidiano dos “consumidores do espaço”, poderíamos perceber a existência dessa “outra” cidade.

Segundo Agnes Heller, “a característica dominante da vida cotidiana é a espontaneidade”. (Heller, 2000, p. 29). Para ela “o ritmo fixo, a repetição, a rigorosa regularidade da vida cotidiana (que se rompem quando se produz a elevação acima da cotidianidade) não estão absolutamente em contradição com essa espontaneidade; ao contrário, implicam-se mutuamente”. (Heller, 2000, p. 30).

E se a vida cotidiana é acima de tudo espontânea, na Fortaleza transformada e transformando-se pela modernidade, a rotina imposta pelos “produtores do espaço” através da aplicação da modernidade e seus produtos, mostrava-se, justamente por sua condição de imposição, não tão espontânea assim. Essa rotina seria na realidade uma nova rotina e por um

paradoxo apenas aparente, quebrar essa nova rotina que se impunha significava manter uma outra, ou seja, aquela anterior à aplicação dessa nova, menos calcada na modernidade e mais tradicional e provinciana.

É inegável que a adoção da modernidade e seus produtos configuravam-se, no momento específico de sua aplicação, numa quebra da rotina até então vigente na cidade. Mas essa quebra, quando proveniente dos “produtores do espaço”, tinha a função de marco inicial de uma nova ordem urbana, que se calcava na modernidade, e que seria uma demonstração evidente que a “cidade dos desejos” florescia.

Podemos perceber nitidamente nas palavras do memorialista Marciano Lopes, todo o impacto e a conseqüente quebra da rotina provocada pelo primeiro automóvel a trafegar em Fortaleza:

Na madrugada do dia 28 de março de 1909, a pacata cidade de Fortaleza acordou sobressaltada. Por volta das 22 horas um barulho desconhecido se fazia ouvir e crescia, perturbando as silenciosas ruas de pedras toscas. Das janelas, olhares curiosos, perplexos, face a uma visão jamais imaginada ali. Um veículo estranho, tão pertinho de todos a se mover lentamente, conduzindo alguns cavalheiros elegantes e respeitados da época. Clóvis Meton, Dr. Meton de Alencar, Dr. Gadelha e Júlio Pinto inauguravam, visivelmente emocionados, o primeiro carro a motor de Fortaleza, o “rambler”. (Lopes, 1986, p. 5).

A perturbação causada pelo desconhecido barulho (imaginemos tal impacto causado na pacata Fortaleza de 1909) fez a cidade acordar sobressaltada. O silêncio reinante nas ruas de pedras toscas, já “altas horas” (o autor afirma que a cidade “acordou”, portanto, presume-se que às 22 horas, no começo do século, a maior parte da população da cidade já dormia), deu lugar a um ronco estranho, em cuja direção, olhares perplexos e curiosos se dirigiam.

A rotina quebrada, a partir desse fato, já seria outra, em que o automóvel aos poucos foi se inserindo no cotidiano da cidade. Portanto, era de se supor que numa cidade ávida pela modernidade, fatos dessa natureza, que causavam tanto impacto na rotina de seus habitantes, fossem realmente rotineiros e desejados, mas com o passar do tempo, aquilo que outrora fora suficiente para quebrar a rotina, passava a integrar-lhe também, não provocando mais sobressaltos em ninguém.

Percebemos que o primeiro automóvel a transitar por Fortaleza foi o responsável por quebrar a rotina da cidade, no específico momento de seu *debut*. Em última instância podemos afirmar que foi a modernidade, através de um produto seu, que quebrou tal rotina. Mas se buscarmos entrever nos “consumidores do espaço” momentos opostos a este, em que

seriam eles a quebrar a rotina moderna da cidade e não o contrário, a modernidade quebrar-lhes a rotina, nos deparamos com as sutilezas utilizadas por esses agentes históricos em suas táticas cotidianas, visto que estes agentes agiam literalmente “dentro do campo de visão do inimigo”. (Certeau, 1999, p. 100).

Nas primeiras décadas do século XX, de acordo com o historiador Francisco Carlos Jacinto Barbosa, seria bastante comum em Fortaleza a organização e realização de festas e outros divertimentos. Segundo este autor, “tanto as camadas privilegiadas como as mais populares não hesitavam em participar de algum evento capaz de quebrar a monotonia da vida diária”. (Barbosa, 1997, p. 161). Contudo, haveria uma diferenciação clara na espécie de divertimento a qual cada camada tinha acesso:

Marcadamente dominado pela moderação com que aconteciam, as festas “chiques”, promovidas pelas elites fortalezenses, em muito se diferenciavam das que os populares costumavam fazer. Sem contar com humildade, estas eram caracterizadas pelo exagero e o desregramento. Bebia-se bastante, dançava-se muito e, não raro, acontecia alguma briga séria, motivo pelo qual a imprensa as olhava com um tom de nojo e reprovação moral. (Barbosa, 1997, p. 162-163).

Tais festas populares por certo não se enquadravam nas perspectivas dos “produtores do espaço”, visto que seu desregramento era justamente contra as regras de civilidade tão almeçadas e defendidas por quem construía a cidade que se queria. Tais atitudes da população, que com certeza ganhavam a reprovação e o nojo estampados nos periódicos do dia seguinte, constituíam de fato a tal sociabilidade hedonista a qual se refere Paulo Linhares e que obliterava a construção da tão desejada “cidade dos desejos”. Nesse ponto, havia a quebra da rotina que se desejava impor através da modernidade, e não o oposto, a modernidade quebrando a rotina vigente no cotidiano dos “consumidores do espaço”.

Para o cronista João Nogueira, as festas e manifestações populares, ainda no século XIX, tinham mesmo o intuito de quebrar a monotonia existente na cidade, apesar de possuírem um caráter majoritariamente religioso. E com o passar dos anos e o conseqüente advento da modernidade, tais festas foram se “civilizando”, tornando-se menos “grotescas”. Tais festas eram descritas pelo cronista da seguinte maneira:

Antigamente as festas na Fortaleza quase se limitavam aos atos graves da Igreja ou às novenas, seguidas que eram dos leilões de prendas e das *máquinas*, que subiam acompanhadas de fogos do ar e dos assobios dos meninos, chamando o vento.

As moças de então se abraçavam e choravam ao fim de cada novena, precisamente quando a música entoava peças alegres.

Mais tais diversões, em datas fixas do ano, não bastavam para quebrar a monotonia do tempo restante. Nossos antigos corriam, então, a tudo o que interrompesse o ramerrão da vida, fosse a execução de um condenado, fossem festas quaisquer, para as quais nunca lhes faltava o necessário. (Nogueira, 1981, p. 87).

Em outra crônica, alusiva à chegada dos caboclos de *Porangaba* na tradicional festa do Bom Jesus, João Nogueira ressalta, comparando-a com outra festa existente em Fortaleza, a do Divino, que esta “passou porque não tinha raízes na fé; [enquanto] a dos Caboclos não passou por ter ali as suas raízes”. (Nogueira, 1981, p. 103). Independente dos motivos da persistência da festa do Bom Jesus (seu apego à fé católica) interessa-nos perceber que sua prática, em plena década de 1930, representava a tal quebra na rotina da vida urbana, presente entre aqueles que viviam nesta “outra” cidade.

Mas no início do século XX, as festas realmente populares e que atraíam as atenções da camada da população menos favorecida em Fortaleza eram os “batuques ou, como se costumava falar, os forrobodós. Geralmente aconteciam em bairros mais afastados do centro e, nem sempre, com a autorização da polícia”. (Barbosa, 1997, p. 63). Como tais festas muitas vezes fugiam ao controle da autoridade policial, podemos supor que elas conseguiam quebrar a rotina (muitas vezes repressiva) que se impunha com a modernidade e, além disso, quebravam a possibilidade dos “produtores do espaço” em introduzir, através da razão, a ordem e a disciplina tão almejadas por eles.

E se é nos registros policiais, nas entrelinhas dos jornais e nas festas populares, que encontramos vestígios desta “outra” cidade, tal fato decorre da conotação pejorativa que permeava esta cidade e os que nela habitavam, pois “parecia comum nestas festas do povo humilde a ocorrência de brigas e a conseqüente intervenção policial a fim de impor a calma e recambiar os responsáveis para o xadrez”. (Barbosa, 1997, p. 165). Essa era a “cidade que se tinha”, que resistia em existir co-existindo com sua congênere “cidade dos desejos”.

Mas de modo genérico, eram nas “areias”, na parte da cidade menos afetada pela modernidade, onde a violência se fazia mais presente. Para Eduardo Campos, “crime nas areias, de facada”, (Campos, 1996, p. 53) crimes de natureza bem diferente daqueles apresentados no “calçamento”, onde a bengala, a inofensiva bengala, substituía a mortal faca.

Outro que menciona as armas utilizadas nesse período é Juarez Leitão, para quem as armas “eram o cacete de jucá, de fácil acesso aos humildes, e a bengala, instrumento de elegância e, circunstancialmente, arma dos ricos. Mas (...) se usava também a navalha e, naturalmente, a velha peixeira”. (Leitão, 2002, p. 237).

Então, mais uma vez consideramos a existência de “duas cidades” que co-existiriam numa só, sendo uma a cidade do calçamento e a outra a cidade das areias. Os crimes, as festas, o viver, a relação com as regras de civilidade e com a própria modernidade eram consideravelmente distintos em cada uma dessas “cidades” que construía uma só: a cidade de Fortaleza.

A cidade não era a mesma para aqueles que de um lado a viam como a “cidade que se tinha” e do outro como a “cidade que se queria”. A insubmissão de grande parte dos “consumidores do espaço”, através de uma sociabilidade hedonista presente, por exemplo, nas festas populares, não obstante a tentativa dos “produtores do espaço” em civilizar e modernizar a cidade, era um sinal de que “os códigos de moderação e controle que lhes [eram] impostos [foram] tornados relativos”. (Barbosa, 1997, p. 170).

E até na singularidade de comportamento apresentada por certos indivíduos, ditos excêntricos ou estranhos¹², justamente por não se incluírem nesses códigos de moderação, verificamos a existência de uma Fortaleza moderna e repleta de oportunidades e de uma “outra” Fortaleza, não tão adaptada às transformações então em voga:

Os tipos populares, indivíduos empobrecidos e enlouquecidos [os tais estranhos], faziam parte daquele contingente de miseráveis produzido ou intensificado pela velocidade das relações capitalistas em desenvolvimento no país. Suas esquisitices, manias ou distúrbios psíquicos de alguma forma foram provocadas pelo impacto nas transformações frenéticas nas ruas, no trabalho, nas casas e na vida das pessoas. (Ponte, 2001, p. 177).

Sandra Pesavento ressalta a furiosa ação dos agentes históricos que fomentavam estas transformações, contrastando, enfim, com a construção da imagem do pobre (os estranhos), que não se adequavam a elas:

Esta fúria de embelezamento, conforto, higiene e segurança que, enfim, tanto expressava um ideal de civilização quanto os interesses burgueses [dos “construtores do espaço”], implícitos na renovação urbana, tinha o seu complemento na estruturação de uma imagem do pobre como perigoso, indisciplinado, com aspecto e comportamento não recomendável. Feios, sujos, malvados... (Pesavento, 1994, p. 139).

¹² Cf. Ponte, 2001. O tópico 3.1 do referido livro, intitulado “estranhos no paraíso: os tipos populares” é deveras salutar para entendermos a conflituosa relação entre a “cidade que se queria” e a “cidade que se tinha”, pois a primeira é caracterizada como o metaforicamente como o paraíso (sítio aprazível, lugar delicioso), enquanto os moradores da segunda, por não se adequarem ao seu *modus vivendi*, eram considerados literalmente “estranhos no paraíso”.

Tais transformações frenéticas, com toda sua fúria por inovações, por certo, têm na modernidade e seus produtos sua grande fomentadora. Estas transformações alteravam diversos aspectos cotidianos vivenciados na cidade, do trabalho ao lazer, das relações entre o público e o privado, do acesso (ou não) aos benefícios implantados com o progresso. Mas podemos considerar que estas transformações, por mais que se buscassem instalar em toda a cidade, beneficiavam bem mais a construção de uma cidade que se queria, construída a partir da cidade que se tinha. Ou seja, o “paraíso” não estava reservado a todos os habitantes de Fortaleza, mas somente àqueles que habitavam a tal cidade que se queria construir, a tal “cidade dos desejos”.

A cidade inegavelmente se transformava e “as melhorias ocorriam, mas poucos delas se beneficiavam. Melhoramentos urbanos, saneamento, iluminação? Só para os afortunados, moradores dos bairros *chics*”. (Pesavento, 1994, p. 140). Em suma, a Fortaleza desejada e que se queria, confrontava-se cotidianamente com a “outra” Fortaleza, que não era nem *chic* e nem afortunada. Eram “duas” cidades numa só, tão distantes e tão próximas, simultaneamente conflitante e abrangente.

Mas retornando ao questionamento inicial proposto por Calvino, qual é o objeto de uma cidade em construção senão uma cidade? Deparamo-nos também com a necessidade de nos questionar acerca das intencionalidades de tal construção, visto que a cidade que se constrói, constituindo-se então como uma cidade específica, moderna, urbanizada e civilizada, segue preceitos e diretrizes estabelecidos¹³ por determinados sujeitos historicamente situados, aqueles que o geógrafo francês Marcel Roncayolo chama de “produtores do espaço”, que acabam por fomentar a construção dessa nova ordem urbana.

Se a modernidade enseja mudança, os fortalezenses, inseridos num contexto moderno, tal qual vislumbramos Fortaleza entre o final do século XIX e início do século XX, deveriam ser todos movidos, ao mesmo tempo, na mesma direção e com a mesma intensidade por esse desejo de mudança, que nada mais seria que “um desejo de autotransformação e de transformação do mundo em redor” (Berman, 1998, p.13).

Considerando, portanto, que a cidade se modernizava construída segundo determinações impostas pelos produtores do espaço, devemos direcionar nossa atenção não a estes, mas sim aos consumidores do espaço, diga-se que do mesmo espaço, pois se percebemos que o mundo ao redor destes se transformava (vide a inserção dos produtos da

¹³ Como demonstra a Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios, elaborada em 1875 pelo engenheiro Adolfo Herbster.

modernidade no cotidiano de Fortaleza), o mesmo não acontecia plenamente com eles próprios. Eles não se autotransformavam, a luz da modernidade, por completo.

Porém, se havia um descompasso entre a cidade que se modernizava e quem nela habitava, havia descompassos, no contexto da modernização por qual passava Fortaleza, entre os próprios habitantes, ressaltados nas condutas e anseios cotidianos diferenciados adotados por diferentes segmentos sociais:

As famílias moradoras na rua Coronel Guilherme Rocha, no quarteirão compreendendo as ruas Padre Mororó e Concórdia, pedem-nos chamemos a atenção da Polícia e da hygiene contra desocupados indecorosos que não os deixam em socego, pois, das ruínas das casas incendiadas ali, fazem centinas, que não se podem supportar. Além disso, palavrões obscenos a cada instante estão repetindo, com ofensa ao decoro das famílias. (O Nordeste, 9 fev. 1923).

Além disso, a busca por ordenar e civilizar a cidade, estabelecida não só na configuração dos planos urbanísticos, também se estendia a hábitos e condutas praticadas cotidianamente por indivíduos listados nas fileiras daqueles que, por não se enquadrarem nas regras de urbanidade e modernidade, deveriam ser ordenados, civilizados e vigiados:

A sociedade, para combater o exército do crime, precisa organizar um registro de todos os indivíduos que o compõem, de todos que se engajam diariamente nas suas fileiras e que uma primeira sentença condenatória designa como futuros reincidentes. E torna-se mister que a Polícia possa vigial-os, seguil-os, nos seus passos, reconhecê-los sob os disfarces que adoptam e restituir-lhes a verdadeira personalidade e o verdadeiro estado civil, não, obstante os seus pretextos. É necessário, assim, possuir um sistema de fichas, contendo os indivíduos que tenham negócios com a justiça.¹⁴

Ao analisarmos alguns discursos proferidos por cronistas e memorialistas, que tinham a cidade de Fortaleza como principal matéria-prima para seus escritos, podemos perceber este descompasso entre a autotransformação dos cidadãos em modernos e a transformação do mundo em redor, mundo este representado pela emergência de uma Fortaleza moderna.

Nesse caso, o ideal deveria ser de um desenvolvimento, tanto do indivíduo como da cidade, absortos, ambos, num mesmo contexto de modernização. Isso sim seria o ideal numa perspectiva de modernização, conforme relata-nos Marshall Berman, ao analisar a figura do *Fausto* de Goethe, considerado por ele um dos heróis de uma cultura moderna.

Para Berman:

Uma das idéias mais originais e frutíferas do *Fausto* de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do *autodesenvolvimento* e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento *econômico*. Goethe acredita que essas duas formas de desenvolvimento devem caminhar juntas, devem fundir-se em uma só, antes que qualquer uma dessas modernas promessas arquetípicas venha a ser cumprida. (Berman, 1998, p.41).

Dessas modernas promessas arquetípicas, configura-se a cidade de Fortaleza, com seus produtos modernos, presentes cada vez mais na cidade graças a um desenvolvimento econômico, tecnológico e modernizante, inserindo-se num contexto onde essas promessas passavam da mera condição de um vir a ser a uma visível concretização. Porém, alguns discursos nos dizem que talvez a cidade, mas não seus habitantes, estavam inseridos nessas mesmas modernas promessas: “de repente, o homem desavisado se apercebe do que lhe era, até então, insuspeitado. E vê que está deslocado, em meio à paisagem, aquela paisagem que foi a sua grande companheira de infância” (Colares, 1980, p. 13)

Esta crônica de Otacílio Colares intitula-se “Fortaleza em desamor”. Mas onde estaria então este “desamor” que marcaria a cidade de Fortaleza? A resposta consta na mesma crônica: “É que, enquanto o homem cresce para envelhecer, as cidades crescem para remoçar e – o que em parte dói – para mudar de fisionomia, de costumes, de modos de ser” (Colares, 1980, p. 13). Seria então este desamor que afetava Fortaleza, segundo o cronista Otacílio Colares, causado pelas transformações advindas com a modernidade?

A observação acima, sobre a cidade que cresce, se remoça, muda de fisionomia, costumes e modos de ser, é indicativa da presença da modernidade como fomentadora destas mudanças, visto ser a modernidade marcada pelo signo da ruptura. O contraste entre o homem e a cidade, contraste este provocado pelas mudanças ocasionadas pela modernidade, opõe o primeiro, que cresce, mas para envelhecer, da última, que ao crescer faz o oposto, remoça-se. O “desamor” em Fortaleza marcaria justamente este antagonismo, este descompasso entre a cidade e os que nela habitavam, representando assim a vivência “não natural” que se teria numa cidade moderna, onde a contradição e o paradoxo se fariam sempre presentes.

Se a cidade, ao contrário dos homens que envelhecem com o passar dos anos, remoça-se, graças à modernidade e ao progresso, percebemos que estes atingem e modificam a cidade de tal maneira, tornando-a menos “humana”, que tais mudanças restringem-se à cidade e não

¹⁴ Relatório apresentado ao presidente do Estado Sr. Dr. João Thomé de Saboya e Silva por José Eduardo Torres Câmara, Chefe de Polícia. Fortaleza, Chefatura de Polícia, 31 de maio de 1917.

è extensivo a seus habitantes. Assim o demonstra o poeta Artur Eduardo Benevides: “mesmo que fuças menos humana nesse imenso progresso que te engana, ainda assim és linda” (Benevides, 2000, p. 117).

Se o poeta, reconhecendo as mudanças por quais a cidade passou, absorva num imenso progresso que afinal não passa de algo enganador, ainda assim a reputa como linda, temos uma declaração que evidencia mais uma vez não só mais um descompasso entre a cidade que se modernizava e seus habitantes, mas um descompasso entre seus próprios habitantes, muitos dos quais “enganados” e deixados seduzir pelo progresso. Assim, ao tratar da cidade que se mantém linda, apesar do progresso, as palavras do poeta soam como uma “declaração de que os velhos não pretendem adaptar-se ao desejo de mudança de seus filhos” (Berman, 1998, p. 59). Desta forma, nem todos, como Artur Eduardo Benevides, viam o progresso como algo enganador, mas o viam, e de forma mais ampla a própria modernidade, como algo deveras salutar para o desenvolvimento de Fortaleza.

Antônio Martins Filho, escrevendo no prefácio do livro de Daniel Carneiro Job sobre a Praça do Ferreira, refere-se a uma cidade onde descoberta, aventura, movimento e até mesmo excitação soam muito mais presentes que a sensação de enganação perpassada anteriormente por Artur Eduardo Benevides:

Conheci a Praça do Ferreira nos idos de 1918. (...) Esta, aliás, a primeira aventura de um garoto de quatorze anos, ávido em conhecer a cidade grande, ruas largas e movimentadas que conduziam a praças cheias de árvores, sobrados e edifícios de muitos pavimentos, de onde a gente chegava a ver o mar. (Job, 1992, p. 5).

E ainda há aqueles que nos relatam uma co-existência entre uma cidade moderna, desenvolvida e civilizada com uma outra cidade, ainda tradicional e provinciana:

Cidade algo moderna, algo provinciana, algo civilizada e algo mal educada. Em resumo, porém: cidade formosa, hospitaleira e gostosa. Movimento nas ruas, arranha-céus, casinhas pequeninas, onde nosso amor nasceu. Automóveis de luxo. Caminhões e aviões. Jumento carregando água. Pregões. Ônibus repletos, businando. Guardas apitando, reclamando e multando. (Miranda; Girão, 1954, p. 65-66).

A cidade acima descrita presencia a coexistência de práticas urbanas totalmente distintas, quiçá antagônicas, onde a modernidade, que se faz representar por produtos ligados à tecnologia, como aviões, caminhões e automóveis, convivem no mesmo espaço com aspectos que se relacionam diretamente ao provincianismo, bem caracterizados com a imagem do jumento que carrega água em plena cidade (um meio de transporte nada ligado à

tecnologia ou à cidade, mas sim ao interior). A cidade de Fortaleza, que é tida como “formosa, hospitaleira e gostosa”, características estas que independem da modernidade, surge paradoxal e contraditória no relato do autor, pois ela é ao mesmo tempo, moderna e provinciana, civilizada e mal-educada.

O memorialista Caio Porfírio Carneiro, natural da cidade de Fortaleza, ao nos relatar suas reminiscências da infância, conduz-nos a uma cidade em que a pacatez ainda não havia sido substituída pela efervescência característica da vida numa metrópole: “nasci numa boa casa, propriedade do meu pai, na Rua 24 de Maio, lado da sombra, entre as ruas Clarindo de Queirós e Meton de Alencar, às 11 horas da manhã, na Fortaleza pacata de 1928” (Carneiro, 1998, p. 15). Para Caio Porfírio, portanto, Fortaleza era muito menos que uma metrópole ou mesmo uma cidade grande. A Fortaleza de sua infância era simplesmente uma cidade pacata.

Como a efervescência vindoura, característica das metrópoles, não havia ainda suplantado (tudo seria, então, uma questão de tempo) a cidade pacata da infância de Caio Porfírio Carneiro, este parece ter vivido uma meninice sem descompassos. Ou melhor, sem os descompassos construídos pela modernidade. Portanto, ambos neste período, cidade e indivíduos, nesta visão do memorialista, eram simplesmente pacatos.

A percepção de uma ligação com o meio rural, de um provincianismo, que não diferenciava claramente práticas ditas urbanas das rurais, pode ser observada em relatos como o de José Barros Maia, nascido em Fortaleza no ano de 1901, que ao relembrar seu tempo de infância observa que “tinha a venda de leite na rua, conduzida por seis ou oito vacas tangidas pelo leiteiro que vendia leite mugido na porta” (Sousa; Ponte, 1996, p. 175).

Já na década de 1940 encontramos relatos interessantes sobre a persistência de hábitos rurais na cidade, como o de Ione Arruda Gomes: “tínhamos criação de aves: pássaros, galinhas, patos, capotes e no fim do quintal que dava aceso à outra rua, a José Vilar, tínhamos uma vaca mestiça e uma bela novilha” (Gomes, 1991, p. 20). Ressalte-se que este sítio estava localizado no coração do bairro da Aldeota.

Além disso, por mais que se vivesse na cidade, a ligação com o interior (ou sobre outro ponto de vista, a negação da urbanidade e a resistência à modernidade) era mantida e no período das férias escolares a ida (ou volta) ao interior, ao sertão, era um momento aguardado por muitos. Milton Dias observa que “depois da leitura de notas, vinha a etapa, seguinte, a espera do caminhão que nos conduziria à doce paz do interior” (Dias, 1998, p. 73).

Além da paz representada pelo interior, havia o reencontro com várias coisas que foram deixadas de lado para se viver na cidade grande:

Chegando ao ponto de desembarque, Massapé, Ceará, Brasil, o prazer do reencontro com a família, os amigos, a namoradina para a temporada, as festas, as danças, as fogueiras, os fogos, a compadragem, o aluá, o pé-de-moleque, oh meu Deus, nem é bom falar de todas estas coisas que perdemos. (Dias, 1998, p. 75).

No que tange a ligação dos fortalezenses com o interior do Estado e seu retorno na época das férias escolares, Eduardo Campos observa que:

Os da cidade, assumidos da condição de urbanos, estavam sempre retornando, ainda que circunstancialmente, às suas origens campestres. Desse modo sucedido em determinados períodos (como no mês de junho, por então consagrado às férias escolares), quando os da cidade, em crise de nostalgia, pareciam viajar, em massa, em direção ao seu inesquecível mundo sertanejo. (Campos, 2002, p. 105).

Em suma, se o homem não deve existir em função da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, mas sim estes existirem em função do homem, a cidade moderna deve existir em função de quem nela mora, não o contrário. Nesse contexto, o desejo de mudança, inerente à modernidade, explicita-nos um descompasso entre a autotransformação do fortalezense e a transformação do mundo em seu redor.

Antes do irresistível afã da modernidade que solapou os fortalezenses, sobretudo aqueles tidos como os “produtores do espaço”, tínhamos uma vivência que sob a ótica moderna seria considerada provinciana e atrasada. Mas este atraso em relação à modernidade, contudo, podia ser considerado não um atraso em relação ao indivíduo:

De tudo e de todos nos lembramos, e até folgamos, desvanecidos e saudosos, de contal-o e recontal-o aos pequerruchos, que ouvem boqui-abertos, como exemplo, estímulo ou lição que devem tomar. (Nogueira, 1900, p. 142-145).

Eis, para o autor, a lição que os jovens deveriam tomar, lição esta trazida pela lembrança da cidade de antanho, pois Fortaleza, enquanto moça, antes da fremente emergência da modernidade, assemelhava-se mais a um frade trapista que a alguma outra forma degenerada de cidade moderna.¹⁵

¹⁵ Sandra Pesavento, no que tange ao imaginário da cidade, considera o antagonismo que se cria, na conjuntura da modernização, entre as imagens arquetípicas da cidade pesadela e da cidade ideal: “assim é que, de uma parte, teríamos a cidade pesadela, referente à tipologia Babilônia, Sodoma e Gomorra, e, de outra, o sonho da

Conforme Artur Eduardo Benevides, num poema intitulado “em louvor de Fortaleza”:
“já não te sinto como antigamente: ou envelheci, ou de repente perdeste, em moderníssima
grandeza, o casto ar gentil de tua beleza”. (Benevides, 2000, p. 118).

O descompasso aí está presente. Se o homem não consegue sentir mais sua devotada
cidade como antigamente, há duas explicações para isso. A primeira decorre de um processo
biológico natural: o envelhecimento. A segunda provem de um fenômeno desencadeado pela
modernidade: a outrora casta cidade, bela e com ar gentil, perdeu tais características, devido a
uma grandeza, não possível de ser acompanhada pelo homem, devido ser esta uma grandeza
moderna, ou melhor, mais que isso, ser uma grandeza moderníssima.

Então retornamos ao início: qual o objetivo de uma cidade em construção senão uma
cidade? Bem que poderíamos reformular tal questionamento: qual o objetivo de uma moderna
cidade em construção senão uma cidade moderna? A resposta não é tão óbvia como se queira
perceber, pois nem todos que habitavam na moderna Fortaleza que se construía entre o final
do século XIX e início do século XX, consideravam-se modernos ou até mesmo habitando
numa cidade tão moderna assim.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. *A Força do Hábito: condutas transgressoras na
Fortaleza remodelada (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Fortaleza: UFC
(Universidade Federal do Ceará), 1997.

BENEVIDES, Artur Eduardo. *Poemas de amor a Fortaleza*. Fortaleza: Expressão Gráfica,
2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São
Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter
Benjamin*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMPOS, Eduardo. *O Inventário do Cotidiano: Breve Memória da Cidade de Fortaleza*.
Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.

CAMPOS, Eduardo. Culinária Cearense. In: CHAVES, Gilmar (Org.). *Ceará de Corpo e
Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a Terra da Luz*. Rio de Janeiro: Relume
Dumará/ Fortaleza: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), 2002.

constituição de uma cidade ideal, síntese das virtudes representada ora por Jerusalém, Atenas ou Roma”. Cf.
Pesavento, 2002, p. 49.

CARNEIRO, Caio Porfírio. *Contagem Progressiva: reminiscências da infância*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COLARES, Otacílio. “Fortaleza em Desamor”. In: *Fortaleza 1910*. Fortaleza: Imprensa da Universidade Federal do Ceará, 1980.

DIAS, Milton. *Relembrações*. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Ione Arruda. *Imagens indeléveis: primeiros contatos com o bairro Aldeota*. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JOB, Daniel Carneiro. *Praça do Ferreira: o inédito, o sério e o pitoresco*. 2. ed. Fortaleza: Fundação de Cultura e Turismo de Fortaleza, 1992.

Jornal O Nordeste. Fortaleza, 9 de fevereiro de 1923.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A modernização de Fortaleza e o cotidiano da população: 1930-1960*. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). *Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*. Províncias do Norte. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LEITÃO, Juarez. *Sábado, estação de viver: histórias da boemia cearense*. Fortaleza: Editora Premius, 2000.

LEITÃO, Juarez. *A Praça do Ferreira: república do Ceará-moleque*. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002.

LINHARES, Paulo. *Cidade de Água e Sal: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOPES, Marciano. *O ronco do motor do rambler acorda a cidade espantada*. Jornal O Povo, Fortaleza, 13 abr. 1986, Domingo do Povo, p. 5.

MIRANDA, Ubatuba de; GIRÃO, Raimundo. *Retrato de Fortaleza*. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1954.

- NOGUEIRA, Paulino. *Um epitaphio na calçada*. In: Almanaque do Ceará. Fortaleza, 1900.
- NOGUEIRA, João. *Fortaleza Velha: crônicas*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC / PMF, 1981.
- PESAVENTO, Sandra. *Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano*. In: Porto Alegre na virada do século XIX. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS- ULBRA-UNISINOS, 1994.
- PESAVENTO, Sandra. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995a, p. 279-290.
- PESAVENTO, Sandra. *Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (séculos XIX e XX)*. Anos 90, Porto Alegre, n. 4, dez. 1995b.
- PESAVENTO, Sandra. *Crônica: a leitura sensível do tempo*. Anos 90, Porto Alegre, n. 7, jul. 1997.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- PESAVENTO, Sandra. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, n. 53, jun. 2007.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *A renovação da historiografia e a temática da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos*. In: Porto Alegre na virada do século XIX. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS- ULBRA-UNISINOS, 1994.
- PIMENTEL FILHO, José Ernesto. *Urbanidade e Cultura Política: a Cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX*. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1998.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- Relatório apresentado ao presidente do Estado Sr. Dr. João Thomé de Saboya e Silva por José Eduardo Torres Câmara, Chefe de Polícia. Fortaleza, Chefatura de Polícia, 31 de maio de 1917.
- SANTIAGO, Pádua. *A Cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930)*. Trajetos. vol. 1, n. 2, 2002. Fortaleza: Departamento de História da UFC.
- SANTIAGO, Pádua. *Pirambu: espaço estratégico de inserção no ‘modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo*. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias**: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- SOUSA, Simone de; PONTE, Sebastião Rogério (org.). *Roteiro Sentimental de Fortaleza: Depoimentos de História Oral de Moreira Campos, Antônio Girão Barroso e José Barros Maia*. Fortaleza: UFC-NUDOC/SECULT-CE, 1996.

SOUSA, Simone de (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VELHO, Gilberto. *Estilo de vida urbano e modernidade*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8. n. 16, 1995, p. 227-234.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. *Entre o Futuro e o Passado: aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.